



Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Conselho Deliberativo

## ATA DE REUNIÃO

**Nº do Processo:** 271.00000175/2024-21

**Interessado:** Conselho Deliberativo

**Assunto:** Ata da 143ª reunião Ordinária

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, as 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, César Silva, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto e Mauro Ricardo Machado Costa e, presencialmente, os conselheiros Demetrius Queiroz do Rego Barros e José Francisco Dutra da Silva, membros titulares. Ainda, participaram os conselheiros suplentes Eduardo Bergamaschi Felizola, Fábio Teizo Belo da Silva, Márcio Cury Abumussi e Tiago José Kich Temperani. Pela Fundação, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Karina Damião Hirano e Francislene Nascimento, Diretoras, Fabiana Cristina Ishikawa Raniero, Roberto Pitaguari Germanos, Sandra Regina Bidin Pavan Firmiano e Edenilson Figueiredo da Silva, assessores, Joseane da Silva Prado, assistente. Antecipando a discussão dos itens da pauta, a Presidente Marina fez um agradecimento ao Diretor-presidente Carlos Henrique Flory, enaltecendo o grande trabalho desenvolvido, desde a criação da Fundação, até o momento atual, deixando um legado valioso. Disse ter a certeza de que o novo designado terá uma equipe preparada para dar continuidade. Solicitando a palavra, o Diretor-presidente

manifestou-se agradecendo a toda a sua equipe, transferindo a ela todo o mérito do sucesso. Registrou que nas suas gestões, teve o acompanhamento do Conselheiro Mauro Ricardo, que inicialmente o indicou para assumir o IPESP e, na sequência, participou da criação da SPPREV, maior órgão gestor do RPPS do País e por fim, a PREVCOM, terceira maior entidade de previdência de servidores públicos do Brasil, com 49.119 participantes, um patrimônio de R\$ 3,21 bilhões e R\$ 30,87 milhões de benefícios pagos a 850 assistidos. Hoje a Fundação, além do estado de São Paulo e seus 23 municípios, abrange outros entes federativos como os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Pará. Finalizou agradecendo a Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e especialmente toda a equipe. Usando da palavra, o Conselheiro Mauro Ricardo fazendo referência à pessoa do Sr. Carlos Flory, disse tratar-se de um profissional altamente capacitado com vasta experiência na área de previdência privada, tendo desempenhado funções na Siemens, na Petros e por último, em 2005, à frente do processo da reforma da Previdência no município de São Paulo e posteriormente no Estado. Lembrou das dificuldades na época em ajustar o plano atuarial das diversas categorias que não eram servidores públicos, tais como economiários, serventias e advogados. Na sequência, foram criados o IPESP e por último a PREVCOM, primeira previdência complementar instituída no serviço público. Lembrou da necessidade de ajustes e modernização já que a Fundação trabalha com a mesma estrutura desde a sua criação. Finalizou dizendo que o Estado e o município de São Paulo só têm a agradecer ao Sr. Carlos Flory, pelo brilhante trabalho desenvolvido ao longo do tempo. Particularmente agradeceu a parceria, pelo seu trabalho e de sua equipe, fundamental para transformar a PREVCOM em modelo, despertando interesse e confiança de outros Estados e Municípios com suas adesões ao projeto da Fundação. Desejou sucesso no seu novo empreendimento. O Conselheiro Fábio Teizo ao manifestar-se lembrou de sua participação juntamente com o Conselheiro Mauro Ricardo, no processo das reformas previdenciárias

municipais. Comentou que, embora não tenha participado ultimamente de grandes desafios junto com o Sr. Carlos Flory, tem o respeito e a consideração por ele como exemplo de profissionalismo. Agradeceu ao Sr. Carlos Flory pelo aprendizado dizendo ter a certeza de que a sua história de vida profissional é o maior legado e servirá de exemplo para os que ficam. Desejou sucesso em seu novo empreendimento. Finalizou agradecendo a Diretora Karina Hirano por ter aceitado o desafio de assumir a Presidência interinamente, durante o processo de transição. Em continuidade, o Conselheiro José Dutra agradeceu o Dr. Carlos Flory pelo trabalho desenvolvido juntamente com a sua equipe, passando confiança aos participantes. O Conselheiro Demetrius Barros comentou que no início das atividades da PREVCOM, havia uma certa desconfiança por parte dos participantes em fazerem suas adesões e aportes. Hoje todos querem formalizar suas adesões, inclusive aguardam a possibilidade de migração, por perceberem uma Fundação sólida, segura e bem administrada, graças ao trabalho do Sr. Carlos Flory e sua equipe. Frisou que os resultados anuais demonstram claramente todo o empenho e dedicação. Por fim, comentou a atenção da Diretoria Executiva como um todo, para atendimento das demandas dos Conselhos Fiscal e Deliberativo que participou, marcados por debates construtivos e com muita transparência. Agradeceu ao Sr. Carlos Flory por ter representado um defensor do participante. O Conselheiro Tiago Temperani também agradeceu ao Sr. Carlos Flory pela dedicação durante todo esse tempo a frente da PREVCOM. Registrou que em todas as oportunidades de debates e esclarecimentos, a participação do Sr. Carlos Flory foi sempre muito rica em conteúdo e de muito aprendizado pessoal. Agradeceu o seu período de convivência como membro dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação. O Conselheiro César Silva agradeceu o Sr. Carlos Flory pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente da PREVCOM. Como participante desde o início, disse ter se sentido muito seguro com o seu trabalho juntamente com a Diretoria Executiva, graças a sua competência e comprometimento com o participante. Seu trabalho

merece elogios. Finalizadas as participações, o Sr. Carlos Flory agradeceu as homenagens, desejando sucesso ao novo indicado. Encerradas as manifestações, a Presidente Marina submeteu à apreciação do colegiado a ata da 142ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Seguindo, passou a palavra do Presidente do Conselho Fiscal, Daniel Coelho, para apresentar e comentar o Relatório de Controles Internos referente ao 1º semestre de 2023. Iniciou dizendo que todas as conclusões foram baseadas nas informações fornecidas pelas áreas competentes da PREVCOM. O trabalho foi desdobrado em Investimentos, Planos de Benefícios, Custos e Orçamentos, Indicadores de Gestão, Gestão de Riscos e Controles e Certificação. Destacou os pontos de melhoria na área de investimentos, tais como o aprimoramento dos controles internos de Gestão de Riscos e o comparativo da rentabilidade com outras Fundações. Na área de Custos e Orçamentos, citou o aprimoramento do layout de demonstrativos contábeis e o aprimoramento na apresentação dos indicadores de gestão. Como pontos de atenção, destacou a prazo na elaboração do relatório final e a redução do volume dos novos relatórios. Nas manifestações, o Conselho Fiscal destacou que a Fundação teve as Políticas de Investimentos de todos os planos por ela geridos, aderentes à Resolução CMN nº 4.994/22 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores. Ainda, que as atas do Comitê de Investimentos indicam que o Manual e as Políticas de Investimentos nortearam as discussões e recomendações nelas tratadas, em consonância com as atribuições do Comitê. Também, com base nas informações apresentadas no relatório da Consultoria Aditus, não foram verificados desenquadramentos nos limites de alocação por segmento dos investimentos ou na concentração por emissor. Como recomendações, o Conselho destacou: i) que o Comitê de Investimentos analise e registre em ata e de forma consistente, a sua posição com relação a investimentos com rendimentos abaixo da meta e em Particular dos investimentos de pior performance ou que estão apresentando resultados abaixo do esperado de forma recorrente; ii) a

inclusão no próximo relatório, indicadores de aderência às metas/benchmarks por segmento de investimentos; iii) que a Diretoria de Investimentos continue a apresentar e aprimorar o relatório sintético do consolidado dos planos com os indicadores de risco, retorno e aderência às metas e comparativo com outros planos similares; iv) recomenda que a Diretoria de Investimentos apresente as informações de rentabilidade e alocação de recursos do PGA de forma individualizada nos moldes dos demais planos. Nas manifestações, o Conselho Fiscal verificou a devida cobertura patrimonial dos planos e a aderência das premissas e hipóteses atuariais. Quanto aos custos e orçamentos, comentou sobre a execução orçamentária, destacando as adições e deduções e o critério de rateio das despesas administrativas. Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, o Conselho Fiscal se manifesta no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação, permitindo o efetivo acompanhamento da execução orçamentária, julgando satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução orçamentária. Também ficou constatado que permanece instituída a Comissão Permanente de Licitação, conforme portaria interna, publicada no DOE. Com referência aos Indicadores de Gestão, comentou sucintamente sobre os limites sobre recurso garantidor, sobre fluxo previdenciário, sobre as despesas administrativas sobre recursos garantidores, sobre o fluxo previdencial, despesas e receitas administrativas *per capita*, despesas administrativas sobre as receitas administrativas, sobre as despesas de pessoal, sobre os recursos garantidores e a evolução do fundo administrativo. Ainda, sobre os indicadores de gestão, o Conselho Fiscal recomenda que a Fundação: i) continue observando as disposições normativas para aquisições que atendam às atividades meio; ii) no tocante a salários e encargos, firmação de contratos e publicações de seus atos e fatos, observe os normativos quanto aos limites para cobertura de despesas administrativas; iii) adote

procedimento em linha com o TCE; iv) que apresente comparativos com indicadores de gestão de outras entidades ou segmento relevante, permitindo uma melhor avaliação; v) para o aprimoramento contínuo do RCI, seja apresentado tabela resumo das revisões orçamentárias; e, que a Fundação continue buscando o enquadramento dos planos nos limitadores obre os recursos garantidores e sobre o fluxo previdencial, sem comprometer a constituição de um PGA adequado ao seu porte e complexidade. Com referência a Gestão de Riscos, o Conselho Fiscal recomenda: i) a continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo autonomia e ferramentas necessárias e adequadas para o desenvolvimento dos setores responsáveis; ii) continue buscando aperfeiçoar os processos e sistemas, em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos; iii) que atenda à recomendação prevista no parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, siga observando as normas vigentes para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e a observância ao teto remuneratório constitucional. No tocante a certificações, verificou-se a regularidade de todos os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e dos membros do Comitê e Investimentos. Finalizada sua apresentação, a Presidente do Conselho Deliberativo agradeceu a participação. O Conselheiro Demetrius teceu elogios ao trabalho apresentado, com o seu detalhamento, possibilitando segurança e transparência ao Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. Considerando o término do mandato do Conselheiro Daniel, agradeceu pela sua dedicação e comprometimento no exercício das funções de Presidente do Conselho Fiscal. O Conselheiro Mauro Ricardo propôs que o referido relatório seja encaminhado à Diretoria Executiva para que se manifeste, por escrito, sobre as recomendações citadas pelo Conselho Fiscal e encaminhe tempestivamente para o colegiado. A proposta foi acolhida por unanimidade. Em continuidade, a Presidente Marina convidou o Sr. Wilson para comentar a manifestação do Comitê de Auditoria (COAUD sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) da PREVCOM para o exercício de 2024. Sr. Wilson iniciou dizendo que referida manifestação foi

emitida com a finalidade de assessorar o Conselho Deliberativo na tomada de decisão sobre o tema. De acordo com o inciso IV, do artigo nº 11, da Resolução CNPC nº 44/2021, de 06 de agosto de 2021 e com o inciso III, do artigo 19 da Resolução Previc nº 23, de 23 de agosto de 2023, cabe ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade da auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos. No Guia de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), editado pela PREVIC, em seu item 105 recomenda que o PAINT deve ser aprovado pelo CD, com parecer prévio do COAUD, que é responsável pelo acompanhamento de seu cumprimento, juntamente com o próprio CD. A área de Auditoria Interna apresentou ao COAUD uma minuta do PAINT, onde foi proposto a realização dos trabalhos, de acordo com a capacidade da Auditoria Interna em termos de hora/homem disponível, priorizando processos das áreas de investimentos, seguridade, administração dentre outros. Após discussões com a área de Auditoria Interna o COAUD recomendou como sendo de importância a adição na metodologia de elaboração do planejamento de auditoria os seguintes critérios: i) julgamento do auditor; ii) valorização dos processos suscetíveis a riscos de fraude, somando-os aos critérios que já tinham sido considerados pela área de auditoria interna como a avaliação de riscos, histórico de deficiências nos processos, expectativas da administração, alinhamento com a estratégia da Fundação dentre outros. Ainda, recomendou: iii) analisar a possibilidade da transferência das atividades de Controladoria para outra área da Fundação; assim, uma nova minuta do PAINT de 2024 foi apresentada pela área de Auditoria Interna, na reunião ordinária do COAUD realizada em 24/01/2024 onde havia sido incluídas as recomendações do Conselho Deliberativo registradas em reunião ocorrida em 19/12/2023. Após análise da nova minuta do PAINT-24 apresentada ao COAUD, o Comitê recomenda ao Conselho Deliberativo pela aprovação da proposta do PAINT-2024, mas que analise a possibilidade de aumento de recursos de pessoal para a área de auditoria interna através de um *co-sourcing* com empresas de auditoria para execução de outros trabalhos de auditoria assim como também a inclusão de auditores e especialistas em TI para a realização de

trabalhos de auditoria de *Cyber Security*. Encerrada a participação do Sr. Wilson, o Sr. Edenilson apresentou sua proposição para o PAINT, considerando as limitações de recursos disponíveis para a auditoria, alinhado com as perspectivas do planejamento estratégico estabelecido pela Diretoria Executiva e com as contribuições do COAUD. Por fim, considerando as proposições apresentadas pelo COAUD, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, a Auditoria Interna submeteu ao Conselho Deliberativo a seguinte proposta de Plano anual de auditoria PAINT para 2024: 1. Como processos prioritários, previstos para o 1º semestre de 2024: 1.1. gestão de acessos, plano de contingência e planejamento dos investimentos. 1.2 ainda como prioritários, para a 2º semestre, fechamento contábil e cota e, como secundários, o orçamento e o planejamento estratégico. Finalizadas as discussões, a Presidente Marina submeteu ao colegiado a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade, com as recomendações à Diretoria Executiva de avaliar o custo para contratação de Auditoria Externa para atender as demandas relacionadas a TI como a gestão de acessos e o plano de contingências e, no caso de uma reestruturação do quadro ou a possibilidade de contratação de um cargo efetivo, priorizar o seu deslocamento para as funções de controladoria. Encerrada sua participação, o sr. Edenilson ao comentar sobre o PAINT, iniciou dizendo que é um documento elaborado ao final de cada ano, que reflete as prioridades eleitas para a execução dos trabalhos de auditoria no exercício seguinte, tendo como foco os riscos envolvidos nas operações, devendo ser apresentado para análise previa do COAUD e, posteriormente encaminhado ao Conselho Deliberativo para aprovação. Destacou que o plano está alinhado com as perspectivas do planejamento estratégico estabelecido pela Diretoria Executiva, com as contribuições do COAUD. Seguindo passou a comentar sobre a estrutura e funcionamento, destacando que a Auditoria Interna é um órgão independente de avaliação e consultoria, cujo propósito é observar, indagar, examinar, inspecionar e avaliar as operações da Fundação em relação a consecução e alcance dos seus objetivos



estratégicos. Utilizando metodologia sistemática de avaliação de gestão de riscos, dos controles internos e dos processos de governança corporativa, faz recomendações em seus relatórios de auditoria. Ainda, a Auditoria Interna, de acordo com as definições da Política de Auditoria, reportará suas atividades ao Conselho Deliberativo e administrativamente, ao Diretor-presidente. O COAUD acompanhará as atividades da Auditoria Interna, garantindo a consonância de objetivos e monitorando os riscos da Fundação. Para fins de planejamento, descreveu o total de horas e distribuição das atividades de Auditoria Interna. Também descreveu a metodologia para a elaboração do PAINT, descrita no Manual de Auditoria Interna, onde é feita a análise de risco, levando em consideração o risco original, a relevância e a criticidade dos processos a serem avaliados. Seguindo, ao detalhar os processos, áreas e priorização, estabeleceu uma listagem e ranking para priorização e execução dos trabalhos da auditoria, considerando os 10 processos mais expostos a risco, sendo: i) planejamento dos investimentos; ii) cota; iii) fechamento contábil; iv) orçamento; v) gestão de acessos; vi) planejamento estratégico; vii) gestão da comunicação; viii) TI desenvolvimento; ix) gestão do cadastro e, x) gestão atuarial. Considerando as limitações de recursos disponíveis para a auditoria, propõe a seguinte relação de processos; i) planejamento dos investimentos; ii) cota; iii) fechamento contábil; iv) orçamento e, v) gestão de acessos. Nas considerações do COAUD, foi proposto desvinculação das demandas de controladoria e outras atividades, posicionamento contrário às recomendações do Tribunal de Contas do Estado e Conselho Fiscal, além de aprovação pelo Conselho Deliberativo. Na perspectiva da Assessoria de Auditoria e Controladoria, não há respaldo nas determinações do órgão máximo para a aplicabilidade de tal alteração, até por não estar alinhada com as recomendações dos órgãos de fiscalização. A segunda recomendação do COAUD foi sugerida que a Auditoria Interna considerasse a identificação de processos suscetíveis a riscos de fraude, com o julgamento profissional do auditor para a inclusão de processos no

escopo, que passaria a ser composto por 7 processos sendo, o planejamento dos investimentos, cota, fechamento contábil, gestão de acessos, plano de contingência de TI, planejamento estratégico e orçamento. Na manifestação da Diretoria Executiva, foi reiterada a importância da manutenção das atividades vinculadas à Controladoria, em virtude das recomendações do TCE e Conselho Fiscal. Ainda ressaltou que, conforme despacho da Secretaria de Governo, na autorização do preenchimento da vaga, foi aprovado o cargo de dupla função de Auditoria Interna e de Controladoria. Por fim, lembrou que o tema foi aprovado pelo Conselho Deliberativo quando da constituição da área, em 28.07.2022. Quanto ao quantitativo de processos a Diretoria Executiva entende que deva ser mantido 5 processos, dentro do limite operacional da área conforme escopo apresentado. Com referência ao assunto, o Conselho Deliberativo, ao considerar as opiniões dos seus membros, rejeitou a proposta de direcionar os esforços da assessoria exclusivamente para a função de auditoria, desvinculada da controladoria. Ainda, sem intervir na lista de processos, sugeriu manter 5 processos como prioritários, com a possibilidade de adicionar mais 2 processos, caso haja redução nas horas estimadas durante o progresso do trabalho. Por fim, considerando as proposições apresentadas pelo COAUD, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, a Auditoria Interna submete ao Conselho Deliberativo a seguinte proposta de Plano anual de auditoria PAINT para 2024: 1. Como processos prioritários, previstos para o 1º semestre de 2024: 1.1. gestão de acessos, plano de contingência e planejamento dos investimentos. 1.2 ainda como prioritários, para a 2º semestre, fechamento contábil e cota e, como secundários, o orçamento e o planejamento estratégico. Finalizadas as discussões, a Presidente Marina submeteu ao colegiado a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade, com as recomendações à Diretoria Executiva de avaliar o custo para contratação de Consultoria Externa para atender as demandas relacionadas a TI, de gestão de acessos e plano de contingências e, no caso de uma reestruturação do quadro ou a possibilidade de contratação

de um cargo efetivo, priorizar o seu deslocamento para as funções de controladoria. Seguindo, para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos (item 5 da pauta) convidou a Diretora Francislene Nascimento que iniciou apresentando a evolução do patrimônio que hoje totaliza R\$ 3.2 bilhões e a captação mensal de R\$ 42,05 milhões. Na sequência detalhou a alocação do patrimônio por indexador e por classe de ativos, a alocação dos fundos por gestor e a do patrimônio por fundos. Apresentou o resultado por classe de ativos com o retorno acumulado no mês e no ano, a rentabilidade x indicadores e a performance individual por plano. Também apresentou o retorno dos fundos nos últimos 12 meses, a rentabilidade acumulada desde 2013 e o comparativo de rentabilidade entre as 120 EFPCs, no mês e no ano. Finalizou comentando as principais ações e resultados da sua área, citando a continuidade no aprimoramento de processos e controles com a inclusão de novos relatórios no sistema da Comdinheiro e Sigma (Aditus), a incorporação de critérios ESG no modelo de gestão de investimentos, a adesão ao Código Brasileiro de *Stewardship* da Amec Brasil e a implementação da carteira de empréstimos para os planos PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS e PREVCOM RP. O Conselheiro José Dutra manifestou-se dizendo da importância da implementação do empréstimo a participantes, por entender que na grande maioria, os resgates solicitados são de participantes endividados e que essa oportunidade de obter recursos através de empréstimo, reduzirão sensivelmente os resgates. Dando sequência retomou a palavra ao Sr. Edenilson para a apresentação dos planos de ação, posição dezembro (item 6 da pauta). Iniciou comentando que o relatório completo já foi disponibilizado ao colegiado. Seguindo, foi informado que no mês de dezembro de 2023, foram implementadas 10 ações de melhoria. Tais ações estão diretamente relacionadas ao (i) relatório de auditoria interna, (ii) revisão do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, (iii) realização de treinamentos para aprimoramento da qualificação técnica e visando maior autonomia e tomada de decisões em conformidade com a gestão baseada em riscos. Destaca-se, ainda, uma

nova recomendação derivada desta anterior, a implementação de um programa de capacitação, alinhado com a Norma de Treinamento e Desenvolvimento, com o propósito de manter o conhecimento do Comitê de Investimentos atualizado, permitindo que seus membros desempenhem eficazmente suas funções; (iv)) revisão dos limites e alçadas por classe de ativos nas Políticas de Investimentos, (v) análise dos indicadores de aderência às metas e benchmarks, (iv) consideração do conceito de apetite ao risco na gestão de crédito, (vii) atualização sobre a estrutura da Diretoria de Investimentos, viii) práticas de gestão de processos, (ix) implementação de medidas anticorrupção e (x) a disseminação de instruções escritas para treinamento e desenvolvimento. Com relação as ações pendentes no encerramento do mês de dezembro, informou a necessidade de repactuo das ações, conforme segue: i) realização de testes dos controles internos relacionados a aderência à Política de Investimentos (prazo 28.06.24); ii) contratação de pessoal via concurso público (prazo 31.12.24); iii) práticas e instruções para avaliação de desempenho (prazo 31.12.24); iv) elaboração de Política de sucessão da Diretoria Executiva e Conselheiros, com um novo prazo a ser proposto; v) implementação de mecanismos de avaliação periódica dos órgãos de governança (DE, CD, CF – Previc) (prazo 31.12.24); vi) criação de processo de circularização para apuração de operações com conflito de interesses das partes interessadas (AE e COAUD) (29.02.24); vii) avaliação da efetividade do programa de *compliance* (Previc) (29.02.24); viii) alçada de aprovação de Políticas e outros normativos (COAUD), (30.06.24); autonomia, independência e estrutura de recursos físicos, tecnológica e de pessoal para a área de Gestão de Riscos e *Compliance* (30.06.24); ix) aplicação de melhorias nos parâmetros de senha de acesso aos sistemas e bloqueio de redes (30.03.24); x) adoção e formalização de procedimentos para gestão de mudanças de TI (30.06.24); xi) práticas de garantia de conformidade externa (30.06.24). Finalizou sua apresentação detalhando as ações a vencer no próximo período. Ao final, os membros do conselho não emitiram ressalvas quanto às

informações apresentadas.

Para comentar sobre o processo de transição de substituição do Diretor-Presidente (item 7 da pauta), em nome de todo o colegiado, registrou um agradecimento por ter aceitado a indicação de assumir, interinamente, a Presidência da Fundação, enfrentando os desafios que a função exige. Disse que o Conselho Deliberativo acredita na sua capacidade e confia no seu trabalho. A Diretora Karina Hirano agradeceu a confiança nela depositada. Entende que assumir a presidência da Fundação, ainda que por vezes já tenha desempenhado a função em curtos períodos de afastamento do Dr. Carlos Flory, é uma responsabilidade muito grande. Espera contar com a colaboração do colegiado, colocando-se à disposição para discussão tempestiva dos assuntos que dependem de deliberação do Conselho, antes da apresentação ao colegiado, preferencialmente no formato presencial, para que as reuniões se tornem mais dinâmicas e objetivas. Disse contar com a colaboração da Diretoria Executiva e de toda a equipe. Informou que estão sendo providenciadas as alterações de representatividade junto ao e-CNPJ, DIRF, Tribunal de Contas, e-Social, PREVIC, Bancos e ajustes nas portarias internas. O Conselheiro José Dutra questionou sobre os próximos passos para conclusão do processo sucessório. A Presidente Marina informou o envio do Ofício nº 01/2024/CD/2024-PREVCOM-CD, de 24.01.24, à Secretaria de Gestão e Governo Digital, comunicando a renúncia do Diretor-presidente, a indicação da Diretora Karina Hirano como Presidente interina, até posse do novo Diretor-presidente, bem como necessidade da indicação da Diretoria de Tecnologia da Informação. Ainda, foi comunicado o vencimento dos mandatos das Diretorias Administrativa e de Relacionamento Institucional. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu o trabalho e a colaboração de todos, encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes. Marina Brito Battilani, Presidente, Cesar Silva, Demetrius Queiroz do rego Barros, Jean Pierre

Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, Conselheiros, Cesar Gnoatto, Secretário da reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 19/02/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 19/02/2024, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Silva, Conselheiro**, em 19/02/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 20/02/2024, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 20/02/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Pierre Neto, Conselheiro**, em 20/02/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Ricardo Machado Costa, Conselheiro**, em 22/02/2024, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0019828398** e o código CRC **52F22A64**.